

Presidente

De: Presidente <presidente@apefor.pt>
Enviado: 15 de fevereiro de 2021 21:04
Para: 'gabinete.seatfp@mtsss.gov.pt'
Cc: 'iefp.info@iefp.pt'
Assunto: Pedido de Regulação da autorização para o desenvolvimento de cursos de formação que permitem o acesso ao CCPE - Entidades Formadoras

Controlo:	Destinatário	Lida
	'gabinete.seatfp@mtsss.gov.pt'	
	'iefp.info@iefp.pt'	
	'geral@apefor.pt'	
	'apefor@apefor.pt'	
	geral@apefor.pt	Lida: 15/02/2021 22:06
	Info IEF	Lida: 16/02/2021 10:33

Exmo. Senhor

Secretário de Estado Adjunto do Trabalho e da Formação Profissional
Dr. Miguel Cabrita

A APEFOR – Associação Portuguesa de Entidades Formadoras, no âmbito da sua missão de contribuir para elevar os padrões da qualidade da formação em Portugal, vem por este meio apelar a V.Exa que se digne desenvolver os esforços necessários para **regular a autorização de funcionamento dos cursos de formação, a desenvolver pelas entidades formadoras privadas, que permitem o acesso ao Certificado de Competências Pedagógicas de Especialização dos Formadores (CCPE)** a emitir pelo IEF.

Conforme consta do portal do IEF ***“O CCPE corresponde à certificação de competências de especialização em função dos diferentes contextos de intervenção em que o formador desenvolve a sua actividade.***

O acesso ao CCPE é efectuado após a conclusão, com aproveitamento, de um curso de formação pedagógica contínua de especialização, previamente autorizado pelo IEF.

A emissão do CCPE é efectuada através do portal Netforce, à semelhança do CCP.”

Contudo, até à data, ainda não foi permitido às entidades formadoras solicitarem o pedido de homologação destes cursos, para efeitos de autorização pelo IEF e que permitem o acesso ao CCPE, apesar da sua publicitação, por parte do IEF, já ter sido efetuada em 2014 e haver um elevado número de entidades formadoras o cursos que desenvolvem de Formação Pedagógica Inicial de Formadores que permite o acesso ao CCP, por parte dos formadores.

Face ao contexto atual, onde a formação a distância é a única possibilidade, sendo que este formato tem tendência para se manter, com o objetivo de que a mesma decorra com a máxima qualidade, muitas entidades formadoras criaram referenciais de formação para o desenvolvimento de cursos de e-Formadores/e-Tutores, para permitirem aos formadores adquirirem e atualizarem competências neste domínio. Todavia, todos estes cursos já desenvolvidos até ao momento pelas entidades formadoras, não permitem aos formadores terem acesso ao CCPE. Salientamos que uma uniformização e oficialização destes cursos consideramos fundamental, incluindo a sua obrigatoriedade para efeitos de poder desenvolver a atividade de formador em cursos de formação a distância. Não obstante, consideramos que a formação já desenvolvida neste domínio até ao momento, deve ser reconhecida e valorizada.

Neste sentido, propomos que seja dada prioridade a esta regulamentação, nomeadamente:

1. **Permitir a realização dos pedidos de homologação junto do IEFP às entidades formadoras**, dos cursos de Formação Pedagógica Contínua do Formador/a a Distância (e-Formador/a), bem como os restantes cursos de especialização que dão acesso ao CCPE, nomeadamente, Formação de Formadores, Formador Consultor e Gestor/ Coordenador da Formação, **com base nos referenciais disponibilizados pelo IEFP**;
2. Numa lógica de gestão de recursos, e uma vez que ao longo dos últimos anos foram realizados diversos cursos de Formação Pedagógica Contínua de Formador/a a distância (e-Formador/e-Tutor/a), por parte de muitos formadores, em cursos promovidos por entidades formadoras sem homologação do IEFP, **propomos que possa ser feita a equivalência dos mesmos em função do número de horas e dos conteúdos realizados, completando apenas o número de horas e conteúdos em falta, face ao referencial atual, proposto pelo IEFP**. Propondo-se assim, um período de transição que permita a equivalência de cursos já realizados de forma a não obrigar as pessoas a repetirem competências já adquiridas;
3. **Haver um período de transição durante o qual o acesso ao CCPE**, nomeadamente do curso de e-Formador/a/e-Tutor/a, **possa ser efetuado com base na experiência como formador/a em cursos de formação a distância ou a realização de um curso de formação de e-Formador/a/e-Tutor/a**, sem o mesmo ser homologado, até à data em que foi permitida o pedido de homologação destes cursos ao IEFP, pelas entidades formadoras;
4. **Após o período de transição, o acesso ao CCPE ser apenas através de curso homologado pelo IEFP**;
5. **Tornar obrigatório que o formador seja portador do CCPE**, após o período de transição, para o desenvolvimento de cursos de formação a distância, nomeadamente em cursos de formação financiados, pelos diversos programas operacionais.


Desde já agradecemos toda a atenção e prioridade que possa disponibilizar para o assunto em causa e disponibilizamo-nos para colaborar no que entendam como necessário, ficamos a aguardar a v/ resposta.

Com os melhores cumprimentos

Rita Messias

Presidente



 [\(+351\) 917 269 620](tel:+351917269620)

 presidente@apefor.pt

 www.apefor.pt